



**CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
REINALDO RAMOS - CESREI
FACULDADE REINALDO RAMOS/FARR**

HELOYSY GUIMARÃES PEDROSO

**CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE VULNERÁVEIS
PRATICADOS POR RELIGIOSOS**

Campina Grande – PB

Junho/2017

HELOYSY GUIMARÃES PEDROSO

**CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE VULNERÁVEIS
PRATICADOS POR RELIGIOSOS**

Trabalho Monográfico apresentado à
Coordenação do Curso de Direito da
Faculdade Reinaldo Ramos - FARR,
como requisito parcial para a obtenção
do grau de Bacharel em Direito.

Orientador: Dra. Sabrina Correia
Medeiros Cavalcanti

Co-Orientador: Dr. Alex Muniz Barreto

Campina Grande – PB

Junho/2017

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DA CESREI

P372c Pedroso, Heloysy Guimarães.
 Crimes contra a dignidade sexual de vulneráveis praticados por religiosos /
 Heloysy Guimarães Pedroso. – Campina Grande, 2017.
 38 f. : il. color.

 Monografia (Graduação em Direito) – Faculdade Reinaldo Ramos-FAAR,
 Centro de Educação Superior Reinaldo Ramos-CESREI, 2017.

 "Orientação: Profa. Dra. Sabrinna Correia Medeiros Cavalcanti, Prof. Esp. Alex
 Muniz Barreto".

 1. Abuso Sexual de Vulneráveis. 2. Crime Sexual contra Menor. 3. Religiosos
 Estupradores. I. Cavalcanti, Sabrinna Correia Medeiros. II. Barreto, Alex Muniz.
 III. Título.

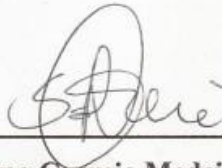
CDU 343.541(043)

HELOYSY GUIMARÃES PEDROSO

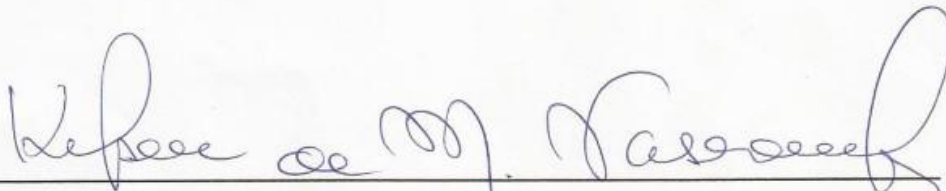
**CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE VULNERÁVEIS
PRATICADO POR RELIGIOSOS**

Aprovada em: 05 de junho de 2017.

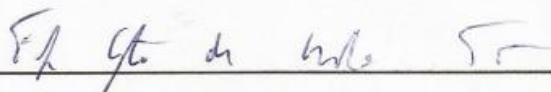
BANCA EXAMINADORA



Dra. Sabrina Correia Medeiros Cavalcanti
Orientador (a)



Dr. Kelsen de Mendonça Vasconcelos – Delegado de Esperança/PB
(1º Examinador)



Dr. Felipe Torres – Advogado
(2º Examinador)

AGRADECIMENTOS

Á Deus, por tudo o que ele é, por todas as maravilhas de suas mãos, por sempre me lembrar que ele é Deus, que me sustentou, me dando paciência, discernimento, graça e misericórdia, e que sem isso não teria chegado até aqui. Por tanto, toda honra e glória a esse Deus tão maravilhoso.

A minha orientadora Dra. Sabrina Correia Medeiros Cavalcanti, a minha gratidão por me orientar e acreditar que esse trabalho poderia ser feito.

A minha família, em especial ao meu pai mestre, especialista, doutor e pós-doutor Marcos Antônio da Silva Pedroso por ter me estendido a mão na reta final desse curso, e no maior momento de dor, quando tudo parecia impossível. A minha Cunhada Laís Falcão e meu irmão Markus Pedroso, por me desejarem tão bem. A minha grandiosa mãe por me gerar e cuidar de mim a seu modo, me mostrando que sou mais forte do que pareço. Ao meu irmão mais velho Erick Pedroso por simplesmente existir.

Ao advogado Dr. Aristides Gomes que me ajudou na etapa mais importante desse trabalho, me apresentando ao Dr. Alex Muniz Barreto.

Ao Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Alex Muniz Barreto, por sua inteligência, sabedoria, conhecimento prático e acima de tudo, boa vontade de ter me recebido em seu gabinete, em todas as vezes que precisei de informações e sugestões, que acreditou em meu potencial para desenvolver um trabalho de tal significância acadêmica; e por uma contribuição absurda nesse trabalho, me mostrando o caminho, fazendo indicações de livros, sem o qual não teria feito nem a metade.

Aos meus amigos (as) de curso João Bernardo, Warlxtton Maia, Fred Almeida, Fabrina Xavier, Ligia Mendes, os quais me auxiliaram em tantas dificuldades e que não me deixaram abater quando tudo parecia dar errado. Aos meus amigos íntimos Ariadne Soares, Dona Lena, Irmã Socorro, Iara Tavares, Desdêmona Gomes, nos quais oraram, choraram e torceram junto comigo.

RESUMO

A lei define o estupro como um ato praticado pelo constrangimento, por meio de violência ou grave ameaça a ter conjunção carnal ou praticar ato libidinoso. Tendo em vista a incidência de fatos ocorridos e apresentados á população através da mídia, o presente trabalho buscou informações judiciais a este respeito. Durante o mês de Fevereiro do corrente ano, foram coletados dados sobre processos abertos nos anos de 2015 e 2016 na Delegacia da Infância e Juventude, da cidade de Campina Grande/PB, revelando que nenhum inquérito tinha por tema o estupro de vulnerável praticado por religiosos, mas os dados revelam em geral como acontece o estupro de vulnerável, o perfil dos acusados e da vítima, o grau de parentesco, opção sexual, o local onde ocorreu, a idade e o sexo das vítimas e dos agressores. Foi possível também observar o tempo de ação da polícia, o tempo da denúncia até a qualificação de todos os envolvidos que em quase todos os inquéritos leva no mínimo 1 ano. A pesquisa também foi realizada com conversa com um promotor da justiça estadual, que negou a existência de denúncias relacionadas ao estupro de vulnerável praticado por religiosos. Não foi possível levantar dados sobre o estupro no contexto religioso, mas foi feito pesquisa com base em casos denunciados pela mídia, como é o caso da Igreja Universal do Reino de Deus em Tocantins, onde a igreja foi condenada a pagar indenização por danos morais em trezentos mil, pelo fato do juiz entender que o pastor usou a sua condição dentro da igreja para a prática do delito. Este trabalho resulta em um apanhado de evidencias que enfatizam que as instituições religiosas tem total responsabilidade sobre os atos de seus membros e líderes, os quais usam a sua função dentro da instituição para cometer delitos, uma vez que as instituições religiosas vivem da arrecadação monetária de seus fieis, dinheiro esse que muitas vezes é utilizado para bancar a vida dupla de alguns religiosos, inclusive para atrair a atenção de menores com roupas, brinquedos, celulares. O contexto do estupro de vulnerável é delicado de ser abordado, ainda mais quando se remete ao estupro de vulnerável praticado por religiosos. As pessoas quase que em sua maioria, viram cara, mudam de assunto, negam a existência do fato e de forma alguma querem falar sobre o delito.

PALAVRAS-CHAVE: menor, religião, abuso sexual.

ABSTRACT

The law defines rape as an act practiced by embarrassment, by means of violence or serious threat to have carnal knowledge or practice libidinous act. In view of the impact of events and presented to the population through the media, the present study sought legal information in this respect. During the month of February of the current year, data were collected on open cases in the years 2015 and 2016 in Delegacia da Infância e Juventude in the city of Campina Grande/PB, revealing that any inquiry had the rape of vulnerable by theme practiced by religious, but the data show in General as the rape of vulnerable, the profile of the accused and the victim, the degree of relatedness, sexual orientation, the place where it occurred, the age and sex of the victims and the aggressors. It was also possible to observe the time of police action, the time of the complaint until the qualification of all involved that in almost all investigations takes a minimum of 1 year. The research was also conducted with conversation with a promoter of the State Court, which denied the existence of complaints related to the rape of vulnerable practiced by religious. It has not been possible to raise data on rape in the religious context, but research has been done on the basis of cases reported by the media, such as the Igreja Universal do Reino de Deus in Tocantins, where the Church was ordered to pay compensation for moral damages in 300,000, that the judge understood that the pastor used your condition inside the Church for the practice of the offense. This work results in a smattering of evidence that emphasize that religious institutions have full responsibility for the acts of its members and leaders, which use your function within the institution to commit crimes, since religious institutions live collection of their loyal monetary, money which is often used to pay for the double life of some religious to attract the attention of children with clothes, toys, mobiles. The context of rape of vulnerable is delicate to be addressed, especially when it refers to the rape of vulnerable practiced by religious. People in your most, seen face, change the subject, deny the existence of the fact and in no way want to talk about the offense.

KEYWORDS: minor, religion, sexual abuse.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. CAPÍTULO I – RELIGIÃO E SEXUALIDADE.....	11
1.1. Aspectos Gerais	11
1.2. Religião	12
1.3. Religião e Sexualidade.....	13
1.4. A Experiência Religiosa No Brasil	14
2. CAPITULO 2 – ENTIDADES RELIGIOSAS.....	15
2.1. Hierarquia nas instituições religiosas.....	15
2.2. O poder das entidades religiosas	16
2.3. Departamentalização das entidades	17
3. CAPÍTULO 3 – O VULNERÁVEL NO CONTATO DAS ENTIDADES RELIGIOSAS	18
3.1. Casos de estupro de vulnerável na região de Campina Grande	22
3.2. Caso de estupro de vulnerável na cidade de Esperança.....	30
4. CAPÍTULO 4 – ESTUPRO DE VULNERÁVEL NAS ENTIDADES RELIGIOSAS	31
4.1. A sedução do vulnerável	31
4.2. O estupro do Vulnerável	33
4.3. O consentimento da Família na Prática do Ato	35
5. CONCLUSÕES	37
6. REFERÊNCIAS	38

INTRODUÇÃO

A Lei nº 12.015, de 07 de agosto de 2009, e do art.213 CP, define estupro como sendo o “Constrangimento alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”.

O delito de estupro, com a redação da nova Lei passou a tipificar, refere-se ao constrangimento de qualquer pessoa, sendo este homem ou mulher, a praticar a conjunção carnal ou que com ela se pratique ato libidinoso. Sendo o ato libidinoso, satisfação da lascívia mesmo sem o contato com os órgãos sexuais. A lei ainda faz menção sobre a ameaça grave e a violência moral, em que a vítima não tem escolha se não ceder ao ato sexual.

Antes da reforma promovida pela lei nº 12.015, o crime de estupro consistia na ação do homem constranger a mulher a praticar conjunção carnal, sabendo-se que antes da reforma não era previsto sobre os atos sexuais entre pessoas do mesmo sexo.

Com a reforma o tipo penal passou a compreender qualquer outro ato libidinoso, não discriminando a participação da mulher como sujeito ativo. A consumação do delito de estupro na conjunção carnal, se dá com a introdução completa ou incompleta do pênis na cavidade vaginal. O ato libidinoso consuma-se com a satisfação da lascívia.

A dignidade sexual, como um valor fundamental, passou a ter adequada proteção do sistema legal brasileiro, promovendo a eliminação daqueles dispositivos penais baseados em uma concepção machista e discriminatória da sexualidade. Torres (2011), afirma que as modificações introduzidas pela recente legislação são insuficientes, ante a enraizada cultura paternalista, que deve ser superada em nome da influência negativa que poderá causar na formação da convicção sobre a veracidade dos fatos relatados pela vítima.

Nos casos de estupro de vulnerável existem questões que vão além da moral como, por exemplo, a saúde pública, onde os vulneráveis menores de 14 anos ainda não tem a formação total de seus órgãos; assim como do “roubo” da infância e da inocência, e das dificuldades de voltar a se relacionar com pessoas da mesma idade e com os próprios familiares.

Quando este delito é praticado por religiosos outras questões ainda envolvem a problemática, pois as pessoas religiosas são em geral bem vistas pela sociedade, e por vezes são tidas como bom exemplo para crianças e jovens, e nesses casos, além das

questões já citadas aqui, tem uma perda que é fundamental para todas ou quase todas as famílias que o “roubo” da fé nas instituições religiosas e seus santos.

Esse delito praticado por religiosos precisa ser melhor investigado, fazendo-se necessária a identificação e indicação das principais instituições religiosas, para que não beneficie seus membros com o silêncio, tornando-se cúmplice desse ato criminoso. É preciso tornar a instituição religiosa responsável pelos atos de seus membros quando praticados em função da religião.

A configuração dos crimes contra a dignidade sexual se presumia em três hipóteses: 1) se a vítima não fosse maior de 14 anos, 2) fosse alienada ou débil mental, 3) se a vítima não pudesse oferecer resistência.

No estupro de vulnerável, define-se vulnerável qualquer pessoa em situação de fragilidade ou perigo (moral, social, cultural, fisiológica, biológica). São vulneráveis os menores de 18 anos, mesmo que tenham maturidade prematura. Incluem-se na vulnerabilidade casos de doença mental, embriaguez, hipnose, enfermidade, idade avançada, pouca ou nenhuma mobilidade de membros, perda momentânea de consciência, deficiência intelectual, má formação cultural, miserabilidade social, sujeição a situação de guarda, tutela ou curatela e temor reverencial.

O sujeito passivo no estupro de vulnerável é o indivíduo menor de 14 anos ou o que possui enfermidade ou deficiência mental. O menor de idade não pode consentir ato sexual.

Sob o olhar criminal, a vulnerabilidade está intimamente ligada a ideia de pessoas que não detêm aptidão psicológica para compreender o caráter lascivo do ato sexual ou sequer possuem condições mínimas de normalidade psíquica para manifestar livremente seu desejo quanto a prática da relação sexual. Não é a toa que este termo fora empregado, já que tem o significado daquele que se encontra do lado fraco de uma questão ou do ponto por onde alguém pode ser atacado.

Quanto ao estupro de vulnerável, nos termos do artigo 1º, VI, da Lei nº 8.072/90, é crime hediondo, devendo o cumprimento da pena se dar em regime prisional inicialmente fechado.

O presente trabalho tem a função de explicitar a interferência das instituições religiosas a respeito do estupro de vulnerável ocorrido em práticas religiosas e por seus entes, sendo foco de discussões a respeito da omissão da comunidade e da reincidência do crime pela falta de punição e investigação, haja vista o poder da função social e da fé exercidas por essas entidades.

Analisar o delito de estupro de vulnerável praticado por religiosos, assim como o comportamento da sociedade em relação a esse crime e a crimes correlacionados.

A observação de casos reais sobre a temática, a análise da denúncia, o comportamento das famílias envolvidas nos casos, o Ministério Público, as instituições religiosas, a averiguação da responsabilidade dos religiosos envolvidos direta ou indiretamente no delito de estupro, serão utilizados como pontos fundamentais e referenciais no presente trabalho.

De forma específica cabe avaliar:

- Investigar o comportamento da prática de delito de estupro de vulneráveis por religiosos;
- Analisar o comportamento das famílias ao tomarem ciência do fato;
- Avaliar o posicionamento da entidade religiosa sobre o fato;
- Analisar o acompanhamento por parte do Ministério Público, as investigações e indenizações;
- Analisar a denúncia, a motivação para a prática do delito, o acompanhamento que as vítimas recebem de seus familiares.

1. CAPÍTULO I – RELIGIÃO E SEXUALIDADE

1.1. Aspectos Gerais

As religiões possuem uma importante função social, que influencia e modifica o comportamento da sociedade. As instituições religiosas desenvolvem importantes trabalhos com indivíduos que vivem a margem da miserabilidade (pessoas viciadas em drogas, prostituídas, moradores de rua, e presas). A comunidade, carente de instituições que lhes acolham e lhes permitam a sociabilização se apegam a fé. E isso faz com que as instituições religiosas sejam muito procuradas, não somente nos horários do ato religioso.

A arrecadação de dízimos e ofertas são destinadas a manutenção de obras, pagamento do salário dos líderes, e espaços físicos onde reúnem seus membros, gerando enriquecimento e poder. O poder por sua vez alcança alguns entes da comunidade, facilitando assim a prática de transgressões. O estupro de vulnerável, e o silêncio da família das vítimas, beneficiando assim o criminoso a repetir reiteradas vezes a prática desse delito.

É importante frisar que as instituições religiosas desenvolvem trabalhos junto à comunidade, que geram resultados significativos à manutenção do bem estar da sociedade, e infelizmente dentro desse conjunto de boas obras, existem aqueles que estão dispostos a causar danos irreparáveis aos menores de 14 anos ou o que possuem algum tipo de enfermidade ou deficiência mental, roubando-lhes a infância, juventude, a fé e a possibilidade de um futuro.

Faz-se necessário que as instituições revisem a sua estrutura organizacional para evitar a prática desse delito, mostrando assim sua força e ampliando a eficácia de sua função social que tem como prioridade a proteção da vida, da família e da fé.

1.2. Religião

O homem necessita de uma busca constante de espiritualidade, de renovação interior para melhor conviver com suas próprias dificuldades e desenvolver um melhor relacionamento com o mundo a sua volta. E isso faz com que o homem busque uma crença, algo que o leve a enxergar além de si mesmo.

Esse encontro com a religião traz modificações significativas no comportamento do indivíduo, alterando sua forma de pensar sobre alguns ou todos os aspectos da sua vida, onde por muitas vezes, essa crença vai passar a ditar regras de comportamento sexual, familiar, profissional, e com isso as instituições religiosas por meio de suas regras vão influenciando a sociedade.

A relação que um indivíduo estabelece com a religião vai determinar a relação com a comunidade, o casamento, a criação dos filhos, e toda sua relação com a família. A crença que um indivíduo vai desenvolvendo ao longo da vida, está totalmente relacionada à sua criação, a sua motivação para enfrentar as próprias dificuldades, e é algo que está totalmente ligado ao emocional.

Sem um equilíbrio, essa crença ou escolha religiosa passa a funcionar muito mais como um veneno do que como uma cura. E infelizmente, no meio dos fieis, vão surgindo pessoas que, com a crença e com o passar do tempo, desenvolvem uma alienação, tornando o entendimento obscuro e desarticulando o discernimento entre o certo e o errado, tirando, com isso, proveito próprio ou de um grupo específico dentro de uma instituição religiosa.

Esse comportamento beneficia a tendência que algumas religiões têm para o enriquecimento material, induzindo seus membros a fazerem doações, que nem sempre são exclusivamente para manutenção do templo, induzindo alguns dos membros a trabalharem e desenvolverem apenas estudos exclusivamente religiosos, limitando assim a capacidade do indivíduo.

A riqueza que as instituições religiosas vão construindo ao passar do tempo, favorece também a ascensão social e moral dos membros, assim como das famílias das vítimas, porque uma instituição religiosa para se manter precisa claramente da expressiva contribuição de seus fieis, sem isso a religião não se mantém.

Então uma forma que a instituição tem de encerrar o assunto, quando um estupro de vulnerável acontece dentro da religião, é beneficiar a vítima e seus familiares com cargos dentro da instituição, e tenta de alguma forma presentear essa vítima e seus

familiares, coma justificativa de que foi por revelação divina, quando na verdade, estão apenas induzindo ao silêncio, tanto os familiares da vítima, como o restante dos membros.

1.3. Religião e Sexualidade

Nas religiões de matriz afrodescendentes, especificamente o candomblé, o comportamento sexual do indivíduo vai determinar qual será o seu orixá (santo protetor), e essa aceitação do orixá vai justificar a opção sexual, uma pessoa com um comportamento sexual feminino, terá como protetor um orixá feminino, assim, o indivíduo soma com as características sexuais de seu orixá.

Para os espíritas, o sexo é a relação profunda entre dois espíritos, onde não se busca o prazer pelo prazer, mas sim o sentimento entre dois espíritos, a finalidade é o espiritual. Inclusive como se acredita na reencarnação, para os espíritas, nos casos de estupro, a vítima de hoje em vidas passadas foi o agressor, e ao retornar para este plano deve passar pelo mesmo sofrimento que um dia infligiu a alguém.

Para os católicos, a castidade é obediência a Deus, aos membros são ensinados que a masturbação, o sexo fora, ou antes, do casamento, e o homossexualismo são total desobediência a Deus. E os líderes (padres, diáconos, bispos, etc.) para exercerem a função precisam abdicar de sua vida sexual e se tornarem celibatários. A igreja católica não permite que nenhum líder seja casado ou tenha relação sexual de nenhuma natureza.

Para os evangélicos, o sexo foi um presente, que Deus concedeu ao homem, para que fosse desfrutado exclusivamente no casamento, como na igreja católica a masturbação, o sexo fora, ou antes, do casamento, assim como a homossexualidade também são desobediência as leis da criação.

O ensinamento aos membros é que a castidade deve ser mantida até o dia casamento, e que o namoro já deve ser o preparo para o casamento. Os líderes são preparados para o casamento, via de regra o indivíduo precisa ser casados e constituir família para conseguir se tornar pastor.

No judaísmo, o sexo é tratado como pecado, e os jovens são ensinados a não praticar e nem conversar sobre o assunto, assim como a não olhar nos olhos de alguém do sexo oposto, uma vez que os casamentos são arranjados, e o os noivos só conhecem praticamente no dia do casamento.

Nas religiões mencionadas, fica evidente a preocupação de ensinar ao indivíduo que a sua vida sexual está totalmente ligada ao seu lado espiritual. Nenhuma religião trata de forma ampla a questão do sexo. Max Weber (1997) escreveu sobre isso em *Rejeições Religiosas do Mundo e suas Direções*, onde o autor descreve que as religiões de forma nenhuma tratam o sexo como algo fisiológico, trata apenas sobre a salvação e a relação que o fiel deve ter com Deus, não do ponto de vista divino, mas como o homem acha que deve ser essa relação, e só por isso o sexo é um assunto pouco tratado pelas religiões, e quando mencionado, é colocado de forma pecaminosa.

Para a psicanálise o caráter de uma pessoa terá como principal critério a relação que estabelece com os objetos de amor e objetos sexuais.

1.4. A Experiência Religiosa No Brasil

O Brasil é predominantemente e culturalmente um país cristão, desde o descobrimento que o país foi recepcionando e se adaptando as religiões trazidas pelos colonizadores e escravos, sem contar que os índios também tinham religião própria. Os portugueses trouxeram o catolicismo, e os escravos por sua vez o candomblé, que sofreu modificações da igreja católica, e que depois deu origem a outras religiões afrodescendentes.

A religião protestante tem crescido bastante no país e no mundo, com essa facilidade própria de pregar a prosperidade a qualquer modo, e uma santidade quase que arrebatadora. Ensinando aos membros a importância de entregar tudo ou quase tudo o que possui para a casa do tesouro. Essa teoria da prosperidade tem levantado muitos fieis que buscam uma melhoria financeira rápida e fácil.

2. CAPITULO 2 – ENTIDADES RELIGIOSAS

2.1. Hierarquia nas instituições religiosas

A estrutura organizacional das instituições religiosas revela sua hierarquia de poder fragmentada, pois o líder sozinho não conseguiria fazer todas as funções e, por isso, os membros possuem fundamental importância na estrutura organização, manutenção e base para sustentação do espaço físico. Sempre existirá a figura do líder que junto a uma equipe irá administrar o local das liturgias, o aspecto financeiro e a celebração dos cultos.

Quando da existência do ato criminoso dentro da instituição ou proferido por meio dela, gera uma tipificação do esquema em algumas religiões, pois é impossível que dentro dessas instituições os líderes e os membros que cooperam para administração não tomem conhecimento da prática do delito.

Algumas entidades religiosas são organizadas de tal forma que relatórios são enviados mensalmente para suas sedes informando tudo o que acontece dentro da instituição ou em função da religião (ex: quantidade de membros ativos, quantidade de membros por departamento, quantidade de membros em disciplina, razão pela qual o membro entrou em disciplina), esse relatório é assinado pelo líder titular da instituição, seja ela congregação ou instituição independente, sendo que todas as informações são enviadas para a sede.

A omissão da instituição diante do fato gera a reiteração do ato pelo criminoso, a certeza da impunidade, o sentimento de culpa na vítima e em seus familiares, bem como o sentimento de vergonha que faz com que não seja feita a denúncia, quando todos em volta da pessoa vulnerável tomam ciência do caso. Ao saber-se deve ser realizada a denúncia para proteção e cuidados com a vítima, impedindo que outras vítimas venham a sofrer do mesmo abuso dentro da instituição religiosa ou ainda evitar que o criminoso venha a migrar para outra religião.

É importante que os líderes religiosos estejam atentos à conduta de seus membros, para, principalmente, identificar a prática do ato criminoso, possibilitando que, ao tomar conhecimento, faça-se a necessária a imediata denúncia e aplicação da punição dentro da própria instituição com o rigor que merece a situação.

2.2. O poder das entidades religiosas

Max Weber (1997) observou em seus estudos a relação do capitalismo dentro das instituições protestantes, pela crença e pela força da palavra os protestantes acreditam que o trabalho e seus frutos são obras divinas e mais do que merecido ao homem.

Realmente dentro dessas instituições existe muito forte a convicção de grande prosperidade que é destinada ao homem e, com isso, uma grande riqueza é gerada o tempo todo dentro dessas instituições, a tal ponto de alguns membros viverem exclusivamente da fé alheia, as denominações evangélicas são muito ricas, algumas delas chegam a ostentar de tanto dinheiro que possuem.

As igrejas evangélicas arrecadam um absurdo em seus cultos e, como essa arrecadação é livre de fiscalização, facilita-se a forma errada de ser pregar o que se considera divino pela maioria das pessoas, e assim como, a utilização do dinheiro. Dentro dessas instituições é muito fácil a manipulação da boa-fé, e sempre haverá quem dentro dessas instituições se utilize do conhecimento bíblico para atuar e justificar de forma absurdamente manipuladora, de modo que gere atraso na vida das pessoas, uma vez que elas são convencidas a mudar totalmente seu estilo de vida, determinando-se como essas pessoas devem investir seu tempo e dinheiro.

As igrejas têm grande poder por causa do grande público que as seguem. E esse público investe e muito dentro dessas instituições acreditando que, com isso, terá redenção ou salvação ou, ainda, algum crédito com Deus, pois é dessa forma que é pregado, até porque para algumas instituições evangélicas só são considerados membros ativos os dizimistas, que são os membros que contribuem mensalmente com pelos menos 10% do total de seus ganhos, além, é claro das ofertas, que estas podem ser não só pelo dinheiro mas também como imóveis, carros, terrenos, gerando uma prosperidade sem fim.

Algumas denominações pregam com muita força que se alguém está sem prosperidade, ela estará sem Deus, e que quando essa prosperidade chegar, boa parte dela deve ser levada a casa do tesouro (igreja). E esse erro vai gerando outros, em função da lei do silêncio, e é claro da liberdade constitucional que as instituições gozam para administrar o culto como bem entendem.

Sem prosperidade material nenhuma religião consegue se manter, pois para a realização do culto é preciso de um espaço físico, é preciso divulgação, é preciso de

água, luz, móveis, uma estrutura mínima que dê suporte para abrigar seus membros. Seja qual for à religião, o dinheiro precisa entrar e mudar a vida de seus seguidores.

2.3. Departamentalização das entidades

As entidades religiosas possuem uma organização interna, que por vezes é separada por grupos de acordo com a idade. Algumas entidades dividem sua estrutura física em departamentos para melhor acolher seus membros e facilitar na evangelização de sua crença. As crianças são sempre o primeiro alvo de evangelização, pelo simples fato de que geralmente estão acompanhadas de algum parente, nem que seja para só levar até o culto/adoração. E desse convívio com as instituições religiosas e as atividades desenvolvidas no grupos/departamentos infantis, as famílias começam a também se aproximar.

É importante esclarecer que as atividades desenvolvidas dentro das congregações, são muitas vezes desenvolvidas primeiramente por membros voluntários, que tem pouco ou quase nenhum preparo técnico.

Ser um membro ativo significa dizer, que tal pessoa goza de total confiança daquela comunidade, e é justamente nesse quesito que reside o problema, pois as instituições acolhem pessoas, não importando seu passado, toda relação dentro de uma comunidade religiosa tem com base a confiança.

E comprovadamente os abusos aos vulneráveis acontecem por pessoas com ligação a elas, os abusadores tem convivência direta com o vulnerável e com a família dela, e dentro de instituições religiosas ou por meio delas, esses abusos são mais fáceis de acontecer e se manter, uma vez que as instituições têm o interesse de se manterem em silêncio, e manipular as informações de modo que todos fiquem culpados e responsabilizados pelo ato em si.

Acredito que as atividades dentro das instituições religiosas, inclusive e principalmente a arrecadação do dinheiro devam ser fiscalizados e com rigor, pois onde não existe fiscalização, existem erros, e errar com a fé alheia, é algo muito fácil! Por tanto, o erro começa com a liderança da instituição religiosa, segue com a confiança sega dos familiares desse vulnerável, e de toda sociedade que sabe que esse tipo de ato acontece dentro das instituições religiosas e se calam, fazendo de conta que o assunto nem existe.

3. CAPÍTULO 3 – O VULNERÁVEL NO CONTATO DAS ENTIDADES RELIGIOSAS

A religião pode ser em muitos aspectos um caminho para uma construção positiva ou ainda um caminho para um grande mal. Sempre existirá uma má-fé manipulando uma boa-fé, e as instituições religiosas é um bom caminho para isso. O silêncio dos líderes, a convivência dos membros, e a sociedade que de um modo geral tem conhecimento de atos abusivos dentro das instituições religiosas, contribui e muito para que se repitam constantemente alguns delitos praticados dentro ou em função de uma determinada religião, e o erro começa quando na celebração do ato religioso é dito algo que justifique ou colabore com o delito.

Os vulneráveis sempre serão um alvo específico dentro de uma religião, e para eles é destinado um tratamento específico que vai da abordagem na entrada do culto religioso, até o local reservado a elas para ensinamento da doutrina. As pessoas que desenvolvem trabalho infantil dentro de uma religião, geralmente fazem um papel de amigo, psicólogo, além é claro, de se tornar uma referência, pois quem desenvolve a atividade precisa ganhar a confiança das crianças com que vai trabalhar, e precisa também mostrar, ainda que de forma só aparente, uma vida em perfeição.

Em lugares periféricos é muito mais difícil de pregar uma religião, pois é onde a carência, a dor, a fome, a violência são maiores. Por isso quem desenvolve uma atividade voluntária dentro de uma religião, precisa ser um pouco de tudo, para poder acolher da melhor forma possível.

A religião nesses lugares é como um lugar seguro, onde a acolhida é algo certo, em lugares assim é ainda mais fácil de cometer delitos através da religião, é mais fácil o contato com os vulneráveis dentro e fora da religião, então a prática de um delito pode não acontecer necessariamente só dentro da instituição, pode acontecer com a desculpa da religião, na casa da vítima ou do próprio abusador.

As crianças serão sempre um alvo mais fácil de atrair, de manipular, pela ausência de maldade, e conhecimento, e excesso de confiança. E essa confiança cega tanto da criança como dos pais contribui para a propagação de delitos não só contra os vulneráveis, mas contra os membros em geral, a sociedade e a própria religião.

Tudo parte da manipulação da má-fé contra a boa-fé, e é só por isso, que as instituições religiosas são por vezes, um celeiro de atos ilícitos, como lavagem de

dinheiro enriquecimento absurdo e desordenado nas custas da fé alheia, e crimes contra a dignidade sexual.

É comum que ambientes religiosos sejam frequentados por pessoas das mais variadas, pessoas que estão apenas em busca de adoração, outras que vão à busca de um novo caminho, e outras que vão apenas para ocultar uma verdade sobre si mesmo, e aproveitam as facilidades, e a confiança adquirida para praticar delitos. Além é claro, das pessoas que já vivem dentro de um ambiente religioso desde o dia em que nasceu, e a essas pessoas é ensinado a doutrina na mais absoluta perfeição para que futuramente possa ocupar uma função de liderança, essas pessoas não estão livres de cometer algum delito em função da religião.

Como já foi visto no capítulo I algumas religiões de um modo geral, desde o seu surgimento, enxergam a sexualidade como algo impuro, indigno, que impede o homem de ter uma relação espiritual mais elevada com a sua crença. Em algumas religiões o sexo é algo que só deve ser praticado depois do casamento, e única e exclusivamente para cumprimento de uma obrigação. Dessa informação equivocada surge, a prática de um delito que acontece muito e que não se denuncia, que é a prática do estupro dentro do casamento. Muitas esposas vivem isso caladas, não têm coragem de denunciar seu esposo e as instituições onde isso acontece, têm consciência, pois não falam sobre o assunto sexo, é algo que é compartilhado na doutrina constantemente. Pelo medo, pela necessidade, pela alienação provocada pela religião, pela falta de informação, pela falta de apoio dentro e fora de sua residência, as mulheres que vivem o estupro no casamento não denunciam.

Outra prática muito comum em algumas religiões cristãs é justamente a do indivíduo que se converte a uma determinada religião, ganha a confiança da comunidade religiosa, e ali decide estabelecer um laço familiar, mas para isso ele busca uma pessoa que já tem uma história de divórcio ou de relacionamentos que não deram certo, com filhos, que não são necessariamente estáveis financeiramente, mas que tem uma fonte de renda, que no geral são pessoas emocionalmente prejudicadas, em busca da felicidade. Nessa situação tal indivíduo vai se apresentar como sendo o enviado do céu, a promessa mais perfeita, e ele vai utilizar toda sua filosofia para que através da própria religião toda sua história não seja desmascarada, uma vez que essa prática não é a primeira vez, e ele utiliza isso para a prática também de crimes sexuais contra menores, então ele vai usando todo conhecimento sobre a religião para cegar o entendimento dessa suposta vítima. E o que é pior, quando desmascarado a fuga é algo

certo, ele some da religião, procura outra instituição que o recebe e começa tudo de novo.

Nenhum vulnerável vai viver em um determinado meio religioso, sem o contexto familiar, e por vezes, o líder espiritual é também seu agressor, e parente, o que facilita ainda mais a prática e a omissão do delito. No cenário religioso o estupro é ainda mais devastador, pois como já foi dito, ninguém vive uma relação religiosa sozinho, e além de retirar de alguém a inocência, retira também a sua fé, e todo ser humano precisa acreditar em algo maior além de si mesmo, porque essa crença vai fazer com o que a vida do indivíduo se movimente, encontrar novos caminhos, e ter uma história importante dentro da comunidade onde vive.

Então, quando se retira a fé de alguém, tudo foi retirado dela, isso gera conflitos internos, dores físicas e psicológicas, doenças começam a surgir. Em alguns casos a vítima não sobrevive, a soma de todos os fatores que envolve a situação, o estupro em si, o silêncio da vítima, dos familiares que fazem de conta que nada aconteceu, a instituição religiosa que por sua vez acoberta o agressor, o Estado, a Polícia, e a sociedade, por sua vez ignoram o assunto, e a dor sofrida é tão terrível que o indivíduo busca refúgio em vícios, ou ainda tentam o suicídio.

É possível que em uma ou outra religião se encontre escondidas relações homoafetivas envolvendo crianças e adolescentes, assim como relações sexuais entre adultos, justamente por tratar como o sexo como algo que não deve fazer parte da vida do homem, a religião tem esse poder de convencer o indivíduo a abdicar de uma determinada situação, mesmo sabendo que o sexo é algo que está totalmente ligado a vida do homem.

Essas relações permanecem encobertas, e são mantidas e custeadas pela própria religião, os líderes ou sacerdotes tomam conhecimento, isso quando eles mesmos são os agressores, são pessoas que no geral vivem uma vida dupla, uma face que mostra para a sociedade uma situação de respeito, em que se mantém uma forma legal de adquirir fortunas, pois algumas instituições religiosas são extremamente ricas, e uma outra face em que se revela o verdadeiro eu, seus desejos sexuais muito bem definidos, sua orientação sexual que nada tem haver com santidade e muito menos com a doutrina pregada.

Com relação ao comportamento sexual, Freud apud Garcia-Roza (2009) observam que o estímulo começa ainda na infância, principalmente na fase maternal, onde a mãe relaciona os cuidados com o filho a sua vida sexual. Em seus estudos sobre o

inconsciente Freud diz que a vida de um indivíduo não está ligada apenas ao ato sexual em si, mas sim ligado a toda relação que estabelece no decorrer da sua vida, desde o seu nascimento, com a relação aos pais, principalmente com a mãe.

De fato se observa que de um modo geral, quem já conviveu ou convive crianças, percebe que quem cuida delas tem certo hábito de introduzir brincadeiras relacionadas ao órgão sexual da criança, e mencionando a quantidade de possíveis relacionamentos que a criança vai ter quando chegar a fase adulta, quem cuida da criança tem esse comportamento baseado em sua vida sexual.

Esse comportamento Freud observou em seu tempo, e ainda hoje isso permanece, as relações que um indivíduo estabelece, e a formação de caráter vai estar totalmente ligada a esse conceito de sexo que ele recebeu na infância, na sua criação, em primeiro lugar ensinado pelos pais.

A relação sexual, como já foi visto, é algo que vai além da prática do ato sexual em si, é uma relação que vai estabelecendo desde o nascimento, e o primeiro contato dessa relação é feito através dos pais, é que um indivíduo começa a desenvolver a sua relação com o sexo, inclusive na infância é possível que a criança já faça a prática do masturbação precoce. Como Freud observou o sexo é algo que está totalmente ligado a mente, e ao comportamento de uma pessoa.

Quanto as perversões, será tratado como perversão toda conduta sexual que esteja fora de padrões já estabelecidos, inclusive quando o fim não for exclusivamente para reprodução, que é justamente o que pregam as religiões de um modo geral, e o estupro de vulnerável é uma prática totalmente fora dos padrões, como determina a lei e os entendimentos STJ e STF, mesmo que o menor de 14 anos tenha consentido o ato.

3.1. Casos de estupro de vulnerável na região de Campina Grande

Os dados coletados em fevereiro desse ano, na Delegacia da Infância e Juventude, desta cidade, dos anos de 2015 e 2016 revelam que nenhum inquérito foi aberto sobre o estupro de vulnerável praticado por religiosos, mas os dados revelam em geral como acontecem o estupro de vulnerável, o perfil dos acusados e da vítima, o grau de parentesco, opção sexual, o local onde ocorreu, a idade e o sexo das vítimas e dos agressores, foi possível também observar o tempo de ação da polícia, o tempo da denúncia até a qualificação de todos os envolvidos que em quase todos os inquéritos leva 1 ano, quase todos, pois em um inquérito um ano depois ainda não tinha a qualificação do acusado e nem foram ouvidas testemunhas, nem os conselheiros tutelares

Em todos os dias da pesquisa foi constatado também que a delegacia só esteve aberta uma única vez, diante das informações observadas fica evidente, primeiramente o descaso, considerando que somando todos os procedimentos 2015/2016 o total de procedimentos (TCO E INQUÉRITOS) chega a 439, destes apenas 82 são estupro de vulnerável, e nenhum deles contra nenhuma instituição religiosa ou contra pessoa religiosa.

Considerando o porte desta cidade, uma cidade com mais 400 mil habitantes, esses dados são no mínimo esquisitos. O que se observa é um trabalho lento, quase parando, considerando a natureza do delito, e que em sua maioria os agressores moram com a vítima, e tem grau de parentesco, acredita-se que a investigação deveria ser, no mínimo, célere.

Uma das etapas desse trabalho também envolveu uma conversa com o Ministério Público, que de imediato já foi dizendo que não existe sob forma nenhuma denúncia, ou melhor não existe e nunca houve, nenhuma denúncia estupro de vulnerável envolvendo religioso. As dificuldades que envolvem a denúncia são claras, porque começam dentro da instituição, onde os líderes vão fazer todo o possível para que não haja um processo criminal e nem cível.

De um modo geral as pessoas não querem falar sobre o assunto, a temática choca, assusta, e ninguém quer admitir essa realidade, um dado importante que também foi observado é que as pessoas envolvidas nos inquéritos, com exceção de um inquérito, são de baixa renda, quase sem escolaridade, em sua maioria as mães das vítimas são

empregadas domésticas, faxineiras, e os acusados, são em geral mecânicos, agricultores, catadores de resíduos sólidos.

Sobre os dados de 2015, dos 225 procedimentos (TCO E INQUÉRITOS) apenas 39 são estupros de vulnerável, nesses dados foram observados que os vulneráveis tem a idade mínima de 1 ano e 9 meses, e o mais velho a idade de 17 anos. Foi observado também que em alguns casos, a denúncia foi feito contra o suposto namorado/marido da vítima, o que revela que as pessoas estão iniciando sua vida sexual precocemente.

Em uma caso foi observado que a criança de 13 anos ficou grávida, e viveu durante um ano sob ameaça sendo estuprada pelo padrasto, e me outros 3 casos crianças com 10, 11 e 14 anos viviam em situação de prostituição, e uma delas ainda fazia uso de drogas.

Em outro caso foi ainda observado que uma criança de apenas 9 anos, que vivia nas ruas praticando pequenos furtos, que vivia em situação de prostituição, não frequentava a escola, e que aos descobrir que a filha já mantinha relação sexual com adultos, resolveu prestar a queixa, a criança morava com a avó, que incentivava esse compartimento e estilo de vida que a criança tinha.

Foi observado que 39 inquéritos, em 9 casos houve a satisfação da lascívia, e nos outros 30 houve a conjunção carnal. Segue abaixo gráfico que mostra a idade das vítimas e a quantidade de casos relacionados a cada faixa etária. Em dois casos os abusos foram praticados em crianças com deficiência mental, tendo elas a idade de 11 e 14 anos, sendo praticados em um caso por um estranho e no segundo caso praticado pelo marido da tia.

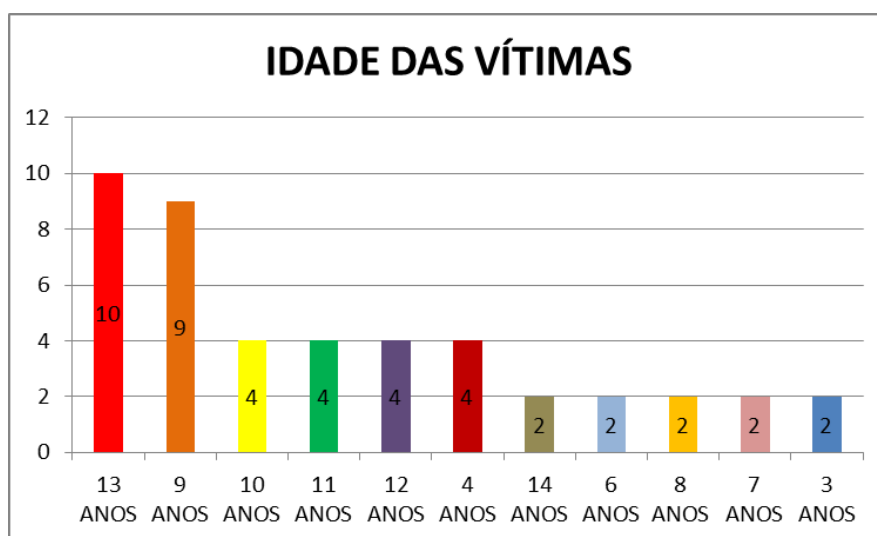


Figura 1- Idade das vítimas abusadas

A pesquisa revelou a idade dos acusados, sendo o mais jovem de 19 anos e o mais velho com 70 anos, em dois casos não foi possível identificar a idade do acusado, porque até aquela dada ainda não havia sido feito a qualificação. Como se pode observar, os acusados são pessoas com idade mais do que suficiente pra entender a gravidade do delito.

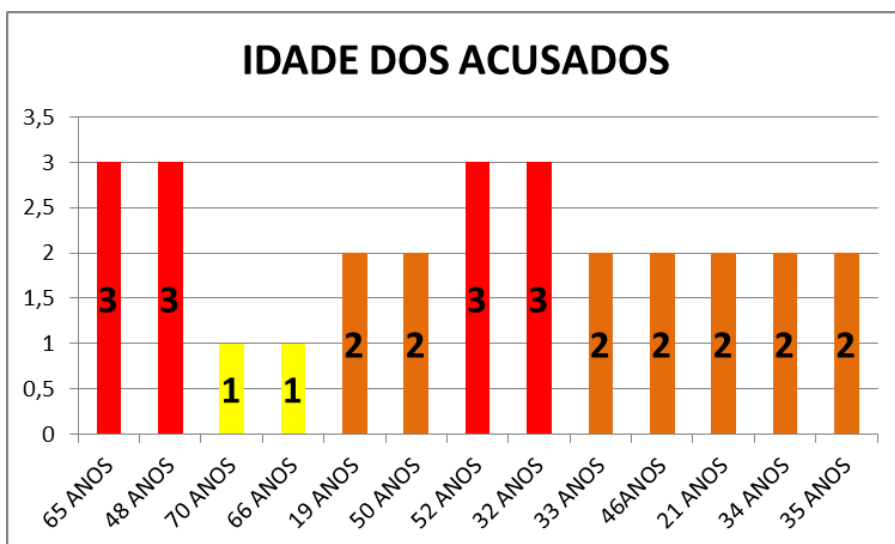


Figura 2 - Idade dos acusados

Sobre o local onde ocorreram os abusos foi constatado na denúncia que, em 18 casos ocorreram na casa da vítima, 13 casos ocorreram na casa do acusado, sendo que em 4 desses casos, o suposto agressor eram namorados da vítima, e outros 4 casos na casa da avó da vítima, sendo que em dois deles o agressor era o esposo da avó, em um caso não foi possível identificar o lugar, pois a criança vivia em situação de prostituição. Na maioria dos casos o estupro vai acontecer dentro do ambiente familiar.

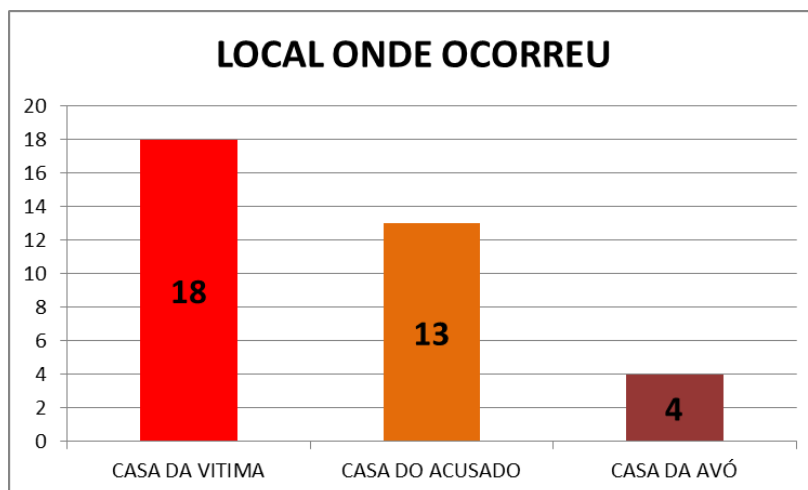


Figura 3 - Local do abuso

Em relação ao grau de parentesco, em 7 casos o acusado é namorado da vítima, em 5 casos o agressor é vizinho da vítima, em 5 casos o agressor é marido da vítima, 5 casos o agressor é o pai da vítima, em 7 casos o agressor é padrasto da vítima, em 6 casos o agressor é alguém totalmente desconhecido, e em 5 casos o agressor é o marido da tia. Esses dados revelam que os agressores estão em sua maioria no seio familiar, vivendo dentro do mesmo ambiente, onde a criança deveria se sentir no mínimo acolhida, e sendo praticado por pessoas que a deveriam proteger.

Essa relação de parentesco é um fator importante, e quem influencia profundamente no silêncio, pois o vulnerável sente vergonha, medo e por isso acaba não denunciando o abuso, num contexto religioso isso é ainda mais forte, por causa do temor que a religião provoca nas pessoas, então a vítima se sente ainda mais culpada, por acreditar que aborreceu a divindade, e os próprios membros tratam como se a vítima tivesse provocado ou seduzido o agressor.

De um modo geral, as famílias não querem aceitar que houve o estupro, nos depoimentos observa-se que as mães tentam primeiro proteger a relação conjugal, tentam ignorar o acontecido, mesmo porque nos casos em que o padrasto é o agressor, a mãe já vem de outras relações afetivas e os filhos de relações diferentes, então é importante pra esse mãe manter uma relação, para sustento da casa, criação dos filhos, e para não deixar de lado sua vida sexual.

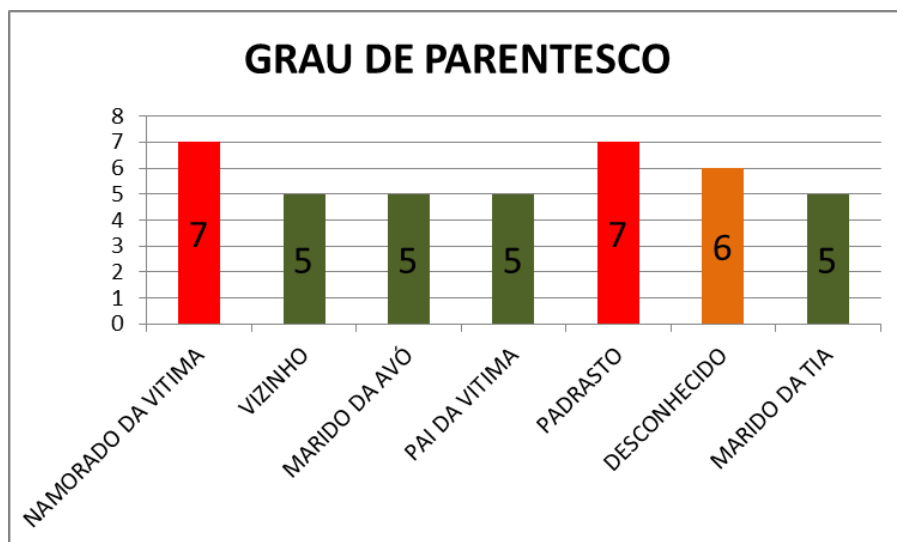


Figura 4 - Grau de parentesco do acusado e da vítima

Sobre os dados de 2016, foram registrados 214 procedimentos (TCO E INQUÉRITOS), destes apenas 43 são estupro de vulnerável e em nenhuma dele existe o relato ou denúncia de que foram praticados por religiosos. Os dados desta pesquisa mostram que a idade das vítimas o mais jovem tem 2 anos e o mais velho 14 anos, mostram que em relação aos dados de 2015, as vítimas são bem jovens, foram abusadas com idade até 14 anos. O gráfico abaixo relaciona a idade da vítima e a quantidade de casos envolvendo a faixa etária. Em dois casos os estupros tiveram como resultado a gravidez, e as crianças tinha a idade 12 anos, uma foi estuprada pelo padrasto, e a outra ficou grávida do namorado.

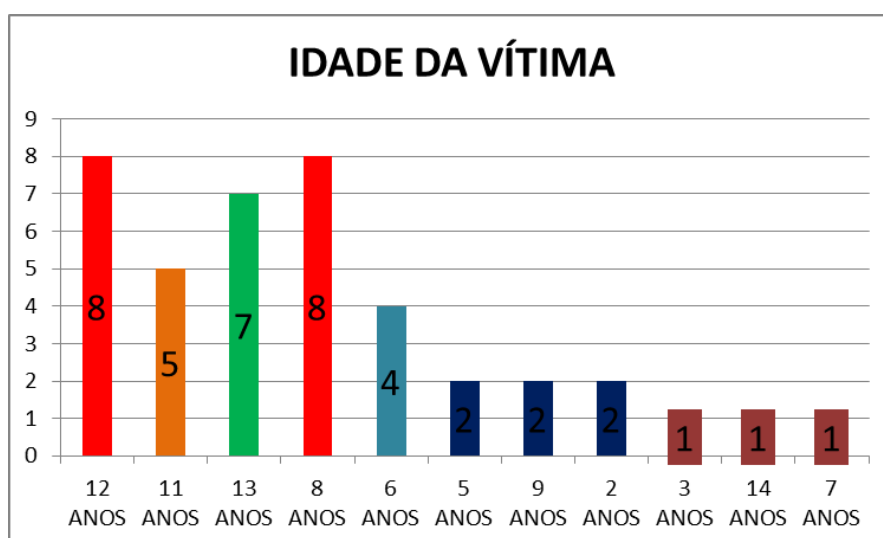


Figura 5 - Idade das vítimas

Sobre a idade dos acusados o mais jovem tem 18 anos e o mais velho 69 anos, o que mostra que são pessoas capazes e com entendimento de certo e errado, e que com toda certeza sabem que o que praticam é um delito e que se denunciado responderá processo, e comprovado a culpa terá como punição uma pena privativa de liberdade. Abaixo gráfico que relaciona a idade dos agressores com a quantidade de casos.

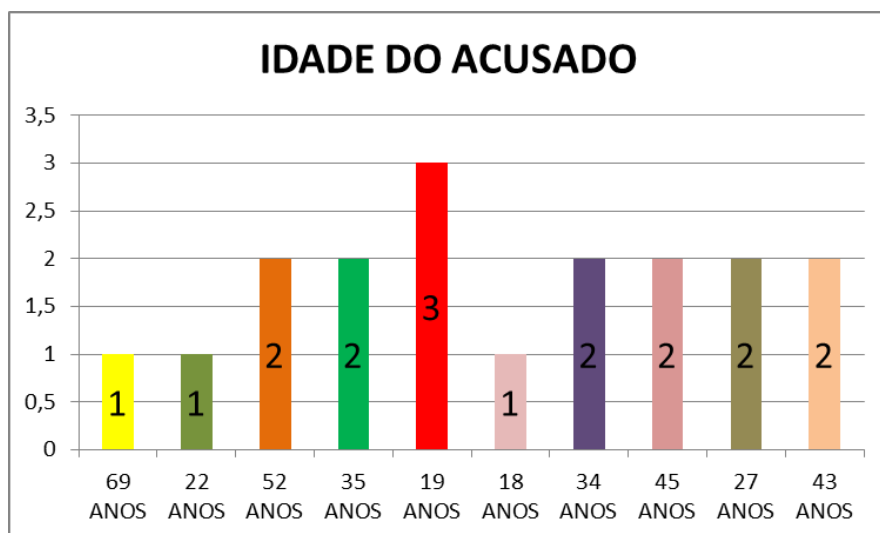


Figura 6 - Idade dos acusados

Sobre o local onde ocorreram os abusos, em 17 casos o abusos ocorreram na casa da vítima, em 5 casos ocorreram na casa avó, 5 casos ocorreram na casa do namorado (a), sendo uma caso na casa da suposta namorada, 2 casos ocorreram na casa do pai, e dois casos ocorreram na casa da tia. O gráfico abaixo relaciona o lugar e a quantidade de casos:

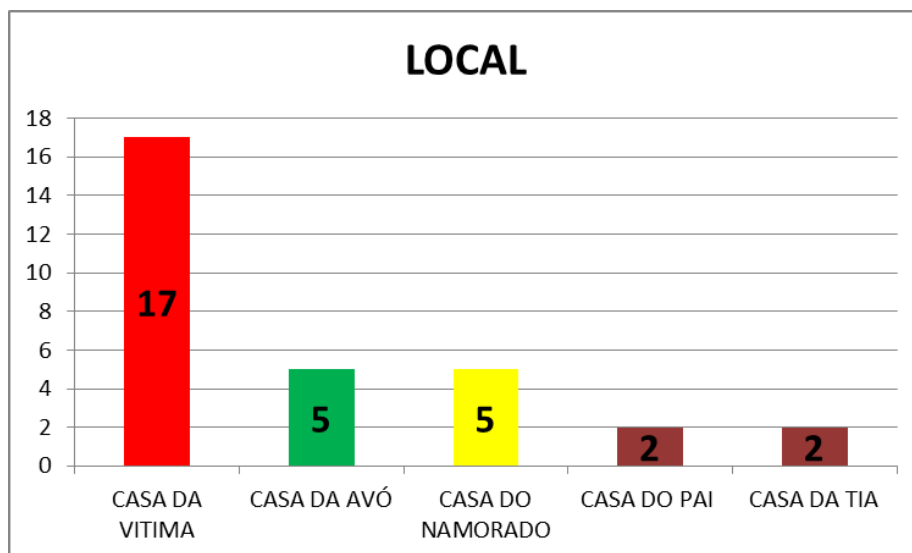


Figura 7 - Local do abuso

Sobre o grau de parentesco, em 8 casos o agressor é o padrasto, em 4 casos o agressor é o pai, 3 casos o agressor é o tio, em casos é o namorado da vítima, 2 casos a vítima (13 anos) se diz esposa do agressor, em 4 casos os agressores são vizinhos, em 2 casos os agressores são maridos da tia, em 2 casos os acusados são amigos da família. O gráfico abaixo relaciona a quantidade de casos por grau de parentesco:

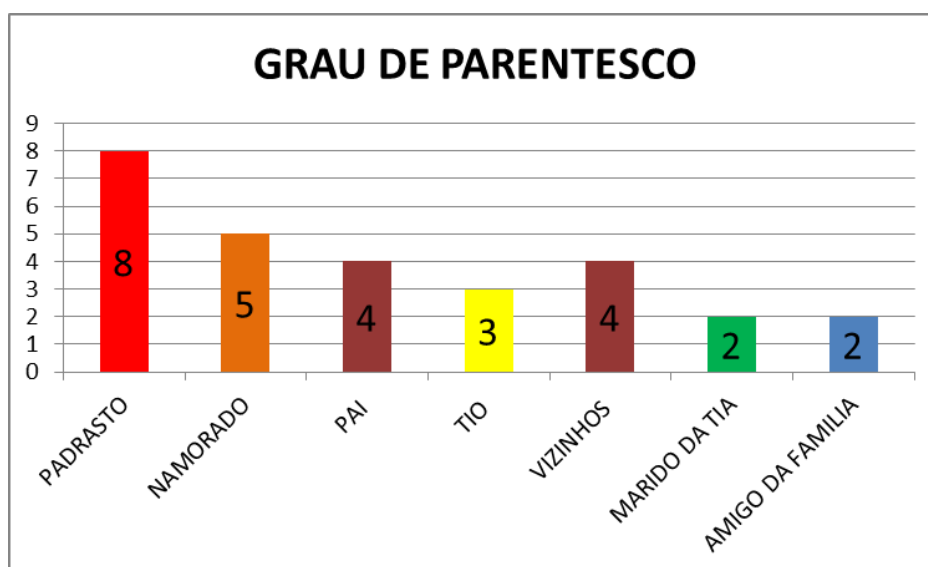


Figura 8 - Grau de parentesco do acusado e da vítima

Esta semana uma freira foi acusada pelo Ministério Público na província de Mendoza, por facilitar os casos de abusos sexuais de menores com idade entre 10 e 12 anos, e ainda de selecionar crianças com comportamento submisso para dois padres,

numa instituição para deficientes auditivos. No local da investigação foram encontrados dinheiro e material pornográfico.

A igreja católica, por meio do arcebispo negou qualquer envolvimento e diz nunca ter sido notificado sobre o assunto. Em um dos casos, uma adolescente diz ter sofrido abuso aos cinco anos, e que a freira ajudou a colocar uma fralda para que não ficasse visível a hemorragia em função do estupro. Este não é o único caso que envolve envolvimento de padres abusos sexuais de menores, a igreja cumpre seu papel ao negar, e as vítimas cumprem o seu ao denunciar.

Dentro da igreja católica, mais do que qualquer outra, torna evidente que para esses abusos se cria um sistema, alguém que vai a busca desses menores, facilita a entrada deles, e dentro da própria instituição ou ainda por meio de seu financiamento os abusos ocorrem. Por mais que a instituição negue, é impossível que delitos dessa natureza aconteçam e ninguém dentro da igreja ou da casa paroquial não tinham visto. Nos casos que a mídia tem noticiado, se observa que pela denúncia alguns padres têm como preferência envolvimento com crianças do sexo masculino, o que evidencia uma opção sexual já bem definida, em algumas denúncias existe relatos de pessoas que prestavam serviços na casa paroquial, e que ouviam conversas estranhas, com palavras estranhas, de ambientes estranhos, uma vez que os líderes religiosos são pessoas consideradas mais próximas de Deus.

Em 2015 foi lançado um filme que ganhou o Oscar, baseada em fatos reais, de casos de abusos por padres, e que a igreja apenas vai adaptando o delito, vai trocando os padres de paróquia, toda vez que um caso de abuso é denunciado. Nos créditos do filme, existe uma lista de todos os lugares no mundo aonde foram encontrados casos semelhantes, inclusive o Brasil.

Então podemos entender que o mais alto clero tem consciência desses abusos, praticados por seus líderes, pois as denúncias deixam claro, que não membros qualquer, mas sim padres, os líderes, que tem a função de zelar pela comunidade e orientar seus membros. É muito importante que essas denúncias sejam noticiadas, para que outras vítimas sejam encorajadas a denunciar também.

3.2. Caso de estupro de vulnerável na cidade de Esperança

Na cidade de esperança a delegacia registou um caso de estupro de vulnerável praticado por dois pastores da igreja Assembleia de Deus, que se utilizavam da condição de pastores e na vulnerabilidade social das vítimas para praticar dentro e em função da instituição atos libidinosos ou sexo oral com menores e sempre com preferência em crianças do s sexo masculino, na denúncia 5 vítimas que não possuem nenhum grau de parentesco entre si e nem com os acusados, relatam a sedução, o uso de bebidas alcoólicas para facilitar o acesso as vítimas, além de se apresentarem como autoridades judiciais, dizendo ser juízes para intimidar as vítimas, as vítimas relatam ainda que eram atraídos até a casa dos pastores onde lá também aconteciam os abusos, e em um dos depoimentos a vítima diz que ao se recusar ser tocado, um dos pastores casado tem relação sexual com a esposa na frente deste menor e também da filha do casal que na época tinha a idade de 4 anos.

Esse caso retrata exatamente a realidade de estupros praticados por religiosos, pois esses religiosos se utilizam da função e da confiança dos fieis para abusar sexualmente de menores, nos depoimentos as vítimas dizem claramente que em troca recebiam presentes e discrimina exatamente a quantia que ganhavam cada vez que os pastores tocavam seus órgãos sexuais, inclusive quantas essas que não ultrapassavam o valor de cinquenta reais. Pelo depoimento uma das vítimas relata que um desses pastores já pertenceu a um outro ministério da Assembleia de Deus, e que existe comentários de que existe outras vítimas, a denúncia foi feita anonimamente ao conselho tutelar que chegou na casa de uma das vítimas, e o pai confirmou o abuso sexual e relatou ainda que o filho tentou se matar 3 vezes depois dos abusos.

Nos depoimentos as 5 vítimas relatam que os pastores depois de que foram descobertos, fizeram uma reuniões com as famílias das vítimas para pedir perdão, mas as vítimas relatam que mesmo depois disso os abusos continuam, ou seja não existe arrependimento, o que existiu de forma muito clara é o medo de ser denunciado. As vítimas em depoimento relatam os fatos com riqueza de detalhes, da satisfação da lascívia e o ato sexual, relatam não ter interesse nessa pratica, mas são induzidos a fazer por líderes religiosos bêbados, que usam a religião para praticar livremente o delito de estupro.

4. CAPÍTULO 4 – ESTUPRO DE VULNERÁVEL NAS ENTIDADES RELIGIOSAS

4.1. A sedução do vulnerável

Seduzir alguém inocente dentro de um contexto religioso é em primeiro lugar algo muito fácil de realizar. As pessoas que tem essa tendência de desejo sexual por menores de idade encontram na religião uma forma de seduzir, praticar e até manter uma relação sem ter que se preocupar com lei, a moral ou os bons costumes.

As instituições religiosas são para todos os que a procuram, um lugar onde você encontra aceitação, sem precisar contar a sua história, porque se presume que todas as pessoas que estão ali, estão buscando o mesmo ideal de redenção espiritual, por causa de seus erros. Os templos de um modo geral são como hospitais espirituais, onde quem ali está busca consolo, aconselhamento, uma nova direção para sua vida.

É preciso entender que as instituições religiosas têm como objetivo reabilitar um indivíduo, tanto física como espiritualmente. E por essa razão todas as pessoas são bem vinda ao ato religioso, não importa da onde você veio o que você fez, ou quem você é, o importante é o que pode ser feito da aceitação da religião em diante.

E isso justifica a facilidade de cometer delitos dentro uma determinada religião. É preciso que fique claro a necessidade de que as instituições tem de não ver seu nome, e nem o nome de nenhum de seus membros numa denúncia e nem atraindo um escândalo, por isso a necessidade de negar quando algo dessa natureza acontece.

Voltando a questão da sedução, os vulneráveis são um alvo bem fácil de conquistar, em uma simples conversa ou brincadeira, um agressor consegue a confiança da criança, da família e todos os que estão a volta desse vulnerável. Então ele começa a atrair esse vulnerável para uma situação em que eles ficam a sós, dentro da instituição ou fora dela, sempre com a desculpa que a doutrina sobre a religião precisa ser mais bem pregada para tal criança.

As vítimas são em sua maioria crianças e adolescentes que vivem uma situação de risco, famílias que não tem nenhuma estabilidade financeira, emocional, porque em muitos casos as mães são separadas, vivem um segundo ou terceiro casamento, são famílias com vários filhos, e de pais diferentes, que não tem um acompanhamento escolar adequado, e que geralmente não tem afetividade dentro de casa.

São famílias que vivem um contexto de violência na comunidade onde moram e dentro de casa, geralmente alguém da família tem algum tipo de vício, envolvimento com alguma atividade ilegal ou ainda tem pais/padrastos agressores da mãe. Sem contar que a própria comunidade, em alguns casos, vive em situação de guerra, por causa do tráfico.

Todos esses fatores tornam o acesso mais fácil para líderes ou membros ativos de alguma religião, se aproximar de vulneráveis, e cometer o delito. Sem contar que em algumas situações além de todos os conflitos já mencionados, alguns vulneráveis, já na adolescência, vivem o conflito da opção sexual, e isso é também um fator importante, pois, o agressor tem essa percepção, e esse conflito pode ser uma forma ainda mais fácil de aproximar-se da vítima.

A questão do homossexualismo é algo importante nesse tema, pois em alguns casos, a criança que tem como agressor pessoa do mesmo sexo, acaba muitas vezes se apaixonando pelo agressor. É importante esclarecer, que nesses casos a criança é seduzida ao ato sexual, mesmo sabendo que é um erro, ela permite ser tocada pela sedução. E em algumas situações é despertado na vítima uma paixão e uma descoberta, algumas vítimas relatam descobrirem a sua opção sexual depois dessa experiência vivida dentro da instituição religiosa ou em função da religião.

Nos dados coletados de 2015, na Delegacia da Infância e da Juventude, foram observados que 6 casos de estupro de vulnerável foram praticados por homossexuais, e nesses casos pelo depoimento ficou constatado que despertou nos vulneráveis paixão arrebatadora, que fugiram de casa para tentar viver esse amor, e que deixaram de frequentar a escola, se tornaram usuários de drogas, e para sobreviverem entraram na prostituição, os agressores são sem nenhum grau de instrução, e não tem profissão.

Alguns religiosos têm bem definida a sua opção sexual, mas mesmo sabendo que dentro do meio religioso não é aceitável, ele permanece pela “imunidade” que sabe que tem para praticar a vontade o delito de estupro, por saberem que nas comunidades onde atuam, ninguém de dentro ou de fora do contexto religioso quer aceitar essa realidade, então será mais fácil negar, e a própria instituição religiosas vai proteger o seu membro, todo e qualquer tipo de prova desaparecerá, as testemunhas de dentro da instituição, começam a ser mudadas de posto, ou de região para facilitar a permanência desse líder/membro, e livrar a responsabilidade da instituição sobre o assunto.

Quando descoberto o delito, as instituições religiosas buscam meios internos de resolução, mas quando chega na denúncia, a instituição tenta apenas livrar a si mesmo

da acusação, a vítima permanece sem o apoio necessário, e o acusado procura outra religião ou ainda outra instituição para seguir com sua suposta fé.

Nos casos de estupro praticado por religiosos ou e função da religião, seria correto que a instituição religiosa se torna réu no processo, porque justo é que as instituições respondam pelos erros de seus membros diretos e com função específica dentro da religião, uma vez que as instituições possuem rigoroso controle sobre seus membros, e esses membros contribuem e muito para o enriquecimento absurdo que muitas religiões tem. Se o ato foi praticado dentro da instituição ou por meio dela, a própria instituição tem que reparar o dano.

As instituições religiosas deveriam ser punidas com rigor, cada vez que um delito acontecesse dentro da instituição ou em sua função. E para cada dano causado a seus membros existe uma responsabilidade civil, as igrejas evangélicas documentam tudo o que acontece com seus membros-líderes e fieis, e essa documentação comprova o controle rigoroso que a religião tem sobre a vida pessoal profissional, assim como também todas as atividades desenvolvidas dentro da igreja.

Os líderes das igrejas evangélicas e católicas tem muita liberdade para atuar na vida de seus membros, tem muita liberdade com a família e acesso muito fácil a residência. Os líderes religiosos tem grande participação em decisões importantes da vida de seus fieis, e influenciam e modificam o comportamento de seus membros com a justificativa da fé.

4.2. O estupro do Vulnerável

Uma vez estabelecido a vítima da vez, o agressor busca quase que imediato interagir com a família e os amigos dessa vítima, para que o acesso fique mais fácil, e que ele esteja acima de qualquer suspeita. O estupro sempre vai acontecer dentro da instituição religiosas ou por meio da religião, através de uma visita, um convite para um passeio, um convite para comer alguma coisa, o agressor sempre vai tentar trazer o vulnerável até ele, para isolar na tentativa de praticar o delito. Esse abuso vai acontecer inicialmente por toques, até que chegue ao sexo em si. Esses abusos, por se tratarem de crianças e adolescentes são feitos por meio de muito carinho, porque o objetivo não é machucar a criança, mas ter satisfação por meio dela.

Os agressores tem um perfil pedófilo que a satisfação vem também com material pornográfico infantil. Esses agressores já tem um histórico de abusos dentro da

instituição, e a instituição por sua vez age de má-fé quando silenciam os erros, não fazem por conta a denúncia e nem orienta a família da vítima a fazer a denúncia. A única punição que o membro recebe, em algumas religiões, é a disciplina, que é manter-se afastado de atividades por um período de tempo, e isso faz com que esse membro mude de congregação, e na nova congregação ele começa a praticar o mesmo delito.

A situação das vítimas num contexto religioso é ainda mais difícil, por envolver instituições que pregam o amor, caridade, e que afirmam que o ato sexual é algo pecaminoso.

O sentimento de culpa, dor, e medo são ainda maiores dentro desse contexto, por envolver a questão da santidade. Em muitos casos a vítima é tratada como se fosse responsável pelo ato, como se tivesse tentado o agressor a cometer o erro. A vítima sempre é tratada como culpada e não como vítima. A instituição não apoia como deveria, e a vítima fica sem total acompanhamento, tendo que por conta própria superar a dificuldade que lhe foi causada.

Em 2015 a igreja Universal do Reino de Deus foi condenada ao pagamento de uma indenização de 300.000,00 (trezentos mil reais), porque ficou comprovado que um de seus membros (pastor auxiliar) usou da sua condição de pastor para praticar o ato dentro da instituição.

No processo a igreja alegou na defesa que o tal pastor, era apenas um membro comum e que por isso a igreja não podia ser responsabilizada pelo delito. Mas o juiz entendeu, segundo as provas que a igreja deveria ser sim responsabilizada, uma vez que foi dentro da instituição e o tal membro era sim, pastor auxiliar e se utilizou disso para ganhar a confiança da criança que na época do fato tinha 13 anos. Infelizmente esse comportamento da igreja universal, é na verdade o comportamento que todas as igrejas independentemente da denominação tem, inclusive a igreja católica.

Na sentença o juiz do Tocantins entendeu que por se tratar de uma relação de confiança (instituição religiosa/membros) houve responsabilidade civil e por isso condenou a instituição.

Casos frequentes vêm acontecendo na igreja católica e que aparentemente é mais grave por causa do envolvimento de vários padres dentro de uma mesma casa paroquial, e esse envolvimento sugere um esquema, onde todo mundo sabe de todo mundo, mas impera a lei do silêncio.

Esses casos sempre envolve além da sedução para o ato, o gasto do dinheiro da instituição para financiar presentes, e até o sustento de alguns adolescentes em troca de

favores sexuais. Importante ressaltar que em muitos casos noticiados na mídia em geral, os padres levam esses vulneráveis para a casa paroquial, e lá mantém a relação sexual.

Existem relatos, também na mídia, de que alguns padres tem sua homossexualidade bem definida e que inclusive que frequentam ambientes homoafetivos, e que as pessoas dessa relação homossexual também frequentam a casa paroquial. É importante perceber que todas essas situações são vivenciadas com o dinheiro arrecadado dos fieis, que é doado a igreja para manutenção do templo e para fazer uso em obras de caridade que a própria instituição deveria promover.

Na igreja católica o peso das denúncias já noticiadas causa impacto maior por em sua maioria ser praticado pelos líderes, pessoas que além da função de líder tem também a função de administrar a vida e as ofertas trazidas pelos fieis.

Dentro das igrejas tanto católicas, como evangélicas as famílias não exercem tanta preocupação com os filhos quando ficam a sós com um adulto, justamente pela confiança depositada na instituição, porque acredita-se que se o a liderança principal confiou, então todos os demais membro e fieis devem confiar também. Inclusive contra a igreja católica existem processos de indenização com valores milionários, e alguns padres respondem mais de um processo de estupro de vulnerável.

4.3. O consentimento da Família na Prática do Ato

Infelizmente por fatores diversos as famílias são coniventes com a prática do ato, por medo da punição divina, por pressão exercida por membros e líderes da instituição religiosa que frequentam, pelo medo de familiares, pela vergonha, as famílias se calam, não querem falar sobre o assunto, em primeiro lugar porque não querem aceitar que esse tipo de ato aconteceu com seu filho, em segundo lugar porque a instituição religiosa é mais que apoio, é uma segunda casa, porque a instituição tem contribuição direta na renda familiar, e os líderes são como representantes de Deus aqui na terra.

A própria instituição quando sabe do ato, procura de forma mais rápido possível entrar em contato com a família para garantir que o assunto será encerrado, mostrando aos responsáveis da vítima que a instituição tem um importante papel junto a comunidade, que foi apenas um erro, que nunca mais vai acontecer, que esse membro vai mudar de localidade.

Em algumas situações de estupro o membro religioso, é também parente da vítima, e nesses casos a omissão é maior, não para proteger a criança, mas para proteger

o membro familiar. Quando o membro é também parente, o vínculo com a instituição é algo ainda mais importante, porque pela instituição religiosa esse membro vai conseguir, praticar o ato livremente e com o apoio da instituição, não será denunciado e nem responderá processo, porque praticar delitos por meio de uma instituição religiosa, é uma meio mais fácil de não ser responsabilizado.

As famílias em sua maioria negam o fato, para não se ver em uma situação de escândalo, não entrar em atrito com a instituição religiosa que tanta ajuda nos momentos dificuldade, inclusive no sustento. Com isso toda a família, a comunidade, a instituição religiosa ignoram por completo o assunto, a lei do silêncio prevalece, a vítima permanece sem apoio, e quando sobrevive, cresce com problemas psicológicos, e vai ter que por conta própria buscar a solução.

5. CONCLUSÕES

Com bases nas pesquisas realizadas tanto na delegacia, quanto no Ministério Público, assim como notícias de jornal fica evidenciado que as vítimas do estupro em sua maioria se encontram em total silêncio, e que as famílias colaboram para isso, porque em todo tempo da pesquisa apenas uma única pessoa falou abertamente sobre o assunto, o Magistrado Alex Muniz Barreto, que reconheceu a existência dessa prática delituosa por religiosos.

O Ministério Público por um de seus membros disse claramente que esse problema não existe, e que em 21 anos de trabalho desconhece qualquer denúncia nesse sentido. O contexto do estupro de vulnerável é delicado de ser abordado, ainda mais quando se remete ao estupro de vulnerável praticado por religiosos. As pessoas quase que em sua maioria, viram cara, mudam de assunto, negam a existência do fato e de forma alguma querem falar sobre o delito. Esse comportamento que em nada ajuda no esclarecimento dos fatos, nem no amparo das vítimas e muito menos para punição das instituições que suportam esse delito com o silêncio.

O silêncio das instituições e da família só aumentam os casos, uma vez que o agressor não sendo denunciado, tem liberdade para migrar para outras religiões e continuar os estupros. As instituições religiosas precisam se tornar responsáveis pela prática dos atos de seus membros, principalmente quando estes forem líderes ou desenvolverem atividades ministeriais, assumindo seu erro e reparando o dano causado a vítima. A sociedade de um modo geral precisa quebrar esse silêncio incentivando as famílias a denunciarem, pressionando as instituições a denunciar e a se responsabilizar, e uma forma de fazer isso é começar a falar abertamente sobre o assunto.

6. REFERÊNCIAS

De França, Genival Veloso. Medicina Legal. Editora Guanabara Koogan. 10ª Ed., 2015.

Garcia-Roza, Luís Alfredo. Freud e o Inconsciente.. Editora Zahar. 24ª Ed. Rio de Janeiro, 2009.

Weber, Max. Os economistas. Textos selecionados. Editora Nova Cultural Ltda. São Paulo, 1997.

Links Acessados:

Disponível em: <https://revistapittacosdotorg.wordpress.com/2015/10/17/a-esfera-erotica-max-weber/>. Acessado em: 25/01/2017

Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/universal-e-condenada-em-r-300-mil-por-estupro-de-menor/>. Acessado em 20/02/2017

Disponível em: <http://correiodaparaiba.com.br/geral/paraiba/pedofilia-e-mancha-na-igreja-e-ja-sao-cinco-casos-em-dois-anos/>. Acessado em 12/03/2017

Disponível em: <http://blogs.jornaldaparaiba.com.br/suetoni/2017/05/16/apos-saida-conturbada-da-arquidiocese-dom-aldo-deve-prestigiado-posse-de-dom-delson/>. Acessado em 06/05/2017

Disponível em: <http://www.maispb.com.br/133635/em-depoimento-a-policia-autora-de-carta-contradom-aldo-recua-de-acusacoes.html>. Acessado em 16/05/2017